



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 35.134/23
Rubrica: e Fis: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: ca11dad9-481e-4963-9f82-00c790b76507

Protocolo: Processo Requerimento Nº 035134/2023

Data: 28/12/2023 14:54:18

Origem: K.C.R.S COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

*** contatos indisponíveis ***

Contato: K.C.R.S COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA 28/12/2023 14:54:38	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº527/2023 - MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/ RJ- INMETRO PREÇO

1 mensagem

Licitação1 - KCR Equipamentos <licitacao1@kcrequipamentos.com.br>

28 de dezembro de 2023 às 07:38

Para: licitacaopmnf@gmail.com

Cc: Licitação - KCR Equipamentos <licitacao@kcrequipamentos.com.br>, Licitação3 - KCR Equipamentos <licitacao3@kcrequipamentos.com.br>

AO

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/ RJ

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 266/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23.458/2023

K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, estabelecida à Rua: Marechal Mascarenhas de Moraes n.º. 88, sala A, nesta cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ. n.º 21.971.041/0001-03 e Inscrição Estadual n.º 177.338.790.110, por intermédio de sua representante legal, representado pela Sra. procuradora KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI portadora do documento de identidade RG: 27.601.293-8 SSP/SP e CPF: 277.277.558-50, infra-assinada, vem, respeitosamente, à presença de V.SRA, vem respeitosamente à presença de V.SRA., interpor IMPUGNAÇÃO AO EDITAL em epígrafe, isso pelos relevantes motivos de fato e razões de direito a seguir expostos:

ESCLARECIMENTOS INICIAIS

A IMPUGNANTE é empresa nacional, regularmente constituída, devidamente qualificada e tecnicamente apta para licitar e contratar com a Administração Pública em Geral. Atua no comércio atacadista e varejista de balanças e equipamentos médico-hospitalares.

Os produtos comercializados são identificados com selo de controle de qualidade e devidamente certificados, atendendo integralmente as normas técnicas nacionais vigentes, emanadas pelos órgãos competentes fiscalizadores e certificadores como INMETRO por exemplo.

DA APRESENTAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO

Vale ressaltar que decisão do Tribunal De Contas Da União é que a impugnação deve ser recebida de forma eletrônica (e-mail):

O envio de impugnações e pedidos de informação por parte dos interessados em licitação na modalidade pregão eletrônico deve ser permitido pela via eletrônica, conforme prevê o art. 19 do Decreto no 5.450/2005.

Acórdão 2655/2007 Plenário (Sumário)

O TCU determinou a anulação de certame em razão da exigência do meio de envio de impugnações a via escrita, contrariando o art. 19 do Decreto no 5.450/2005, de modo incompatível com o objetivo de celeridade inerente a modalidade "pregão". Fica constar, do edital de licitação, endereço eletrônico do pregoeiro para envio de eventuais impugnações e pedidos de informações, em atendimento ao que pregam os arts. 18 e 19 do Decreto no 5.450/2005.

Acórdão 2655/2007 Plenário

Logo, o meio apresentado se mostra devidamente cabível.

DO CABIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO E DOS FATOS

O direito de petição é um direito universal previsto na Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

Este direito visa a efetivar o poder de autotutela administrativa consubstanciado na possibilidade de a Administração rever seus próprios atos, alcançando aspectos de legalidade e mérito, inerentes ao poder-dever geral de vigilância da Administração Pública.

O DEVER DE AUTOTUTELA, Segundo o § 2º do art. 62 da Lei nº 9.784/99, demonstra que "o não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida a preclusão administrativa."

A aplicabilidade deste dispositivo culminou com a formulação de duas súmulas, as quais prescrevem que:

"a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"

(Súmula 473, STF)

"a Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos" (Súmula 346, STF).

Nesse contexto, inobstante a inexistência de prazo recursal, a presente petição é cabível, uma vez que indica notória ilegalidade, merecendo ser considerada para fins de revisão do ato.

Em face do ato contaminado por qualquer vício de ilegalidade, o administrador deve (e não apenas pode) anulá-lo. A Administração atua sob a égide do princípio da legalidade (art. 37 da Constituição Federal), de modo que, se o ato é ilegal, tem o dever de preceder à sua anulação, ainda na esfera administrativa, para o fim de restaurar a legalidade desejada.

Portanto, elencamos abaixo os motivos que conduzem à necessária revisão do ato por manifesta ilegalidade:

Como um processo licitatório demanda muito tempo e trabalho para ser elaborado e executado, o mínimo que órgão precisa exigir e receber é um produto de qualidade e com boa durabilidade. Não andou com o costumeiro acerto a Comissão de Julgamento desta Licitação, ao elaborar o descritivo e requisitos No ITEM 1 E 2 visto que o valor do produto não está condizente com os requisitos estabelecidos.

Vale ressaltar que os requisitos do edital estão condizentes pois especifica balança portátil de uma ótima qualidade devidamente CERTIFICADA PELO INMETRO, porém o VALOR DE REFERENCIA INEXEQUIVEL para cumprir as exigências estabelecidas no edital:

1 Balança Digital Portátil Gancho para pesca, bagagem 50 Kg - Função: Tara (autocalibração); pesa em escalas de kg, lb, jin, oz. Ex.: Indicado para uso profissional em pesca.

2 Balança mecânica suspensa portátil, pesagem máxima 200 kg, alta precisão, visor tipo relógio. Ex. Equipamento de medição adequado para açougues.

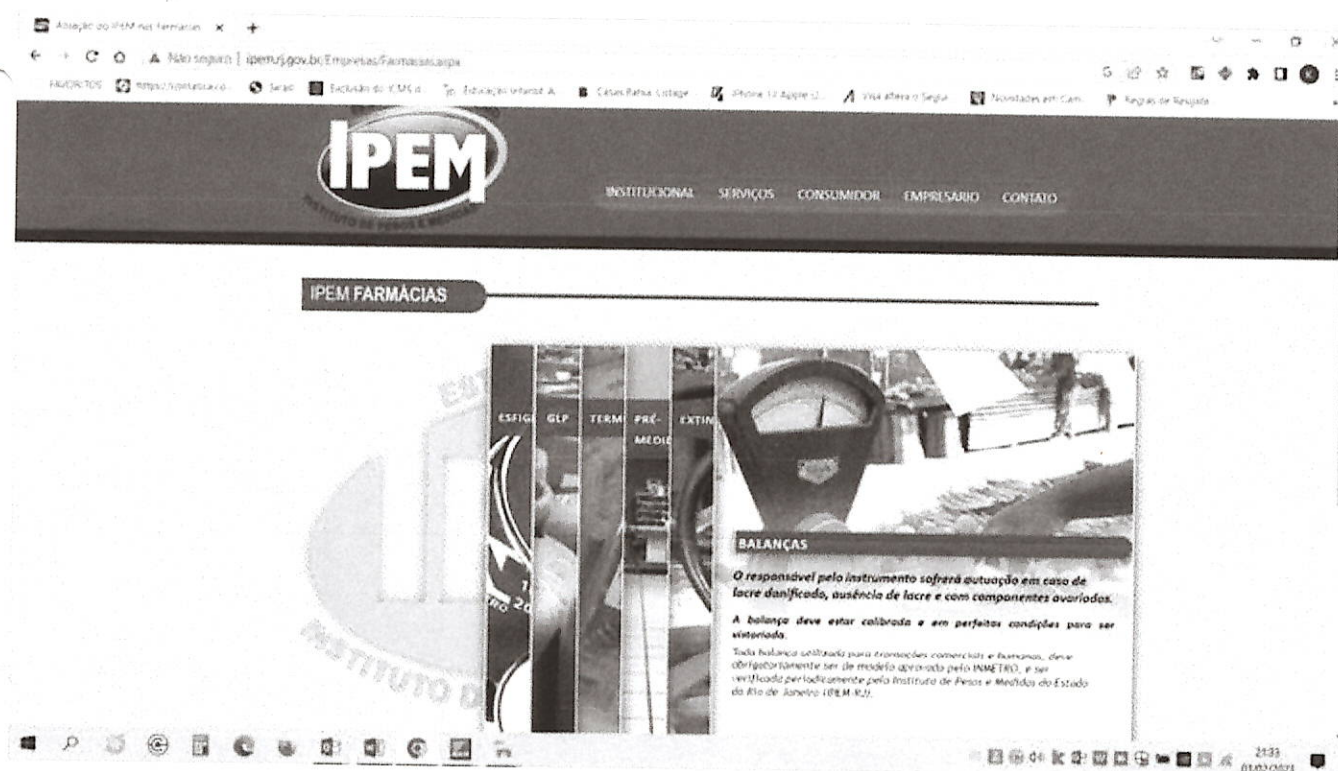
O preço estabelecido "teoricamente" traduzem uma balança de uso doméstico/residencial sendo que o órgão público não pode utilizar-se de tal produto que é restrito a uso doméstico e residencial.

As balanças domésticas normalmente são de vidro ou plástico e são balanças de uso restrito a uso residencial e doméstico, não passaram pelo processo de certificação junto ao INMETRO e não possuem SELO DE VERIFICAÇÃO INMETRO, sendo que certificação junto ao órgão é requisito obrigatório para BALANÇAS para pesagem HUMANA em estabelecimentos de saúde (para segurança do cidadão) ou em

qualquer aplicação DE PESAGEM dentro de um órgão público (para segurança do cidadão) pesagem em órgão público não é de uso doméstico. O órgão público não pode adquirir balanças domésticas com fim residencial..

O edital está de acordo com as normas estabelecidas pelo INMETRO PORÉM O PREÇO ESTÁ EM DESACORDO.

O INMETRO/IPEM ADVERTE CLARAMENTE INCLUSIVE EM SEU WEBSITE:



Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

...Toda balança utilizada para transações comerciais e humanas, deve obrigatoriamente ser de modelo aprovado pelo INMETRO, e ser verificada periodicamente pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM-RJ)...

DO TEMERÁRIO E INEXEQUÍVEL PREÇO DE REFERÊNCIA

Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes.

Dentro dessas normas, exige-se os requisitos mínimos quanto a sua capacidade de execução do objeto do contrato, bem como a condição de habilitação do pretendido vínculo jurídico. É necessário pontuar que o que se exige da Administração é que busque sempre a melhor proposta. Por óbvio que uma proposta com valor reduzido em relação às demais a princípio aparenta ser aquela que de fato melhor represente o interesse público. Todavia, tal pressuposto não reflete a realidade quando o preço ofertado não foi formulado com base nos requisitos reais de mercado.

A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera algum lucro. Tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos. Assim, o valor estimado, apresenta indícios de inexequibilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos do produto, salário, os encargos incidentes sobre os salários, os insumos, taxa administrativa, lucros e tributos. Portanto, a ilegalidade da estimada pesquisa de preços constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito e seus frutos sem efeito, tornando-o não abjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições.

O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor. Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho:

"Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).

Ante o exposto, viemos por meio deste requerer que seja suspenso o edital, para a realização de nova pesquisa de preços, seja por solicitação por e-mail, ou por pesquisa na internet com empresas idôneas a fim de obter valores justos para a obtenção da média dos valores de referência. A definição de preços inferiores aos praticados no mercado além de exigir atendimento com preços inexequíveis pode atrair para o certame empresas que não possuem capacidade de atender ao licitado, mas que participam como aventureiras com risco de não entrega do contrato ou entrega de produto divergente e de qualidade e durabilidade inferior. Tal fator gera para a Administração futura onerosidade excessiva. O Tribunal de Contas da União manifestou-se sobre o tema, indicando a imprescindibilidade de consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado: ACÓRDÃO 868/2013 – PLENÁRIO 6. Para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado. A propósito, o Voto que conduziu o Acórdão 2.170/2007 – TCU – Plenário, citado no relatório de auditoria, indica exemplos de fontes de pesquisa de preço, in verbis: "Esse conjunto de preços ao qual me referi como "cesta de preços aceitáveis" pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos – inclusive aqueles constantes no Comprasnet –, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle – a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública –, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado." Nesse sentido a lição de Marçal Justen Filho: Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a

Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder. (in Comentários Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).

O respeitado Prof. Jesse Torres assim assevera sobre o preço inexecuível, ou inviável, como prefere denominar:

Preço inviável é aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que a levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à ilegitimamente, inclusive asfixiando competidores de menor porte. São hipóteses previstas na Lei nº 4.137, de 10.09.62, que regula a repressão ao abuso do poder econômico. (PEREIRA JÚNIOR, 2007, p. 557-558).

Assim, a especificação e estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera lucro.

Ocorre que, frente as especificações técnicas apresentadas e rigorosas expectativas do edital e Administração, o valor estimado não é condizente e fica aquém aos custos do produto, sendo que não existe no mercado NENHUMA BALANÇA PORTATIL PARA PESAGEM DE PESSOAS CERTIFICADA PELO INMETRO que apresente o valor acima orçado. A Estimativa foi feita com base em uma balança de uso doméstico/residencial sendo que o órgão público não pode utilizar-se de tal produto que é restrito a uso doméstico e residencial.

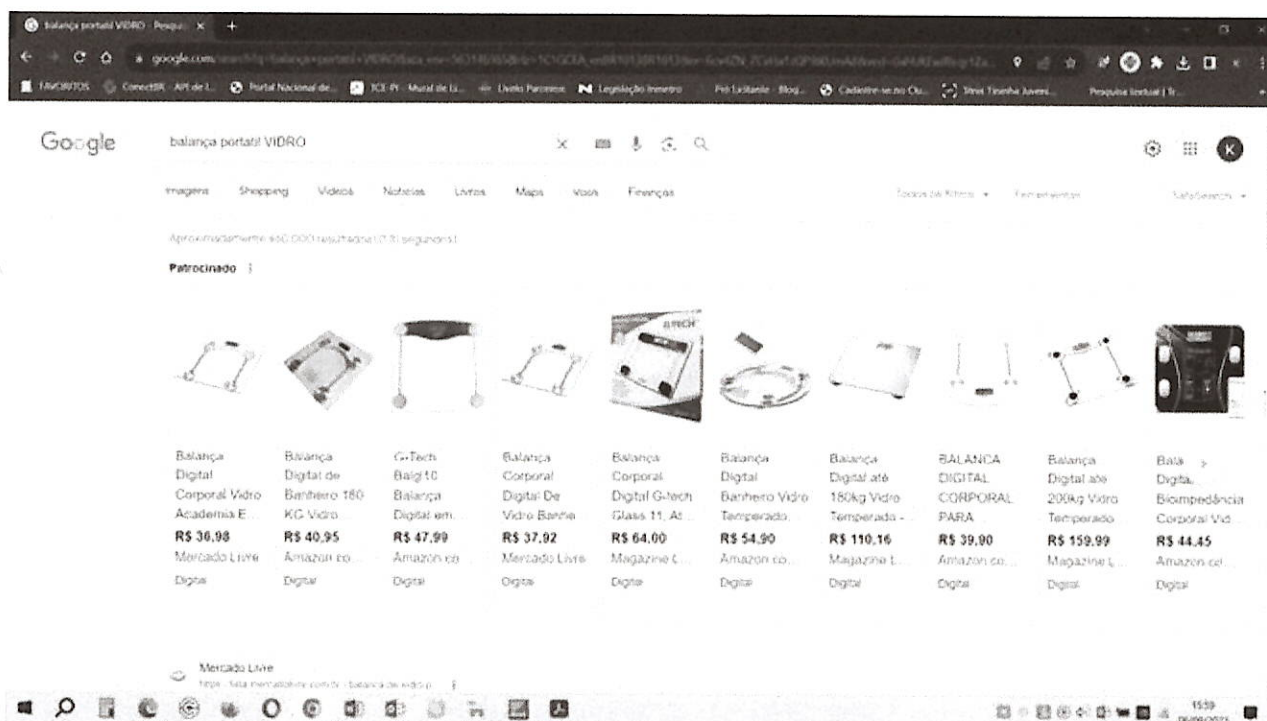
VEJAMOS OS PREÇOS DAS BALANÇAS PORTATEIS CERTIFICADAS PELO INMETRO NO MERCADO:

Google search results for "balança digital portátil 200 kg INMETRO". The search results show several product listings with prices ranging from R\$ 302,00 to R\$ 1.825,00. The listings include "Balança Digital", "Balança Digital Plus", "Balança Maleta Port", "Balança Digital Plus", and "Balança Inmetro". The search results also show an advertisement for "Balança de peso digital - Balanças robustas e baratas".

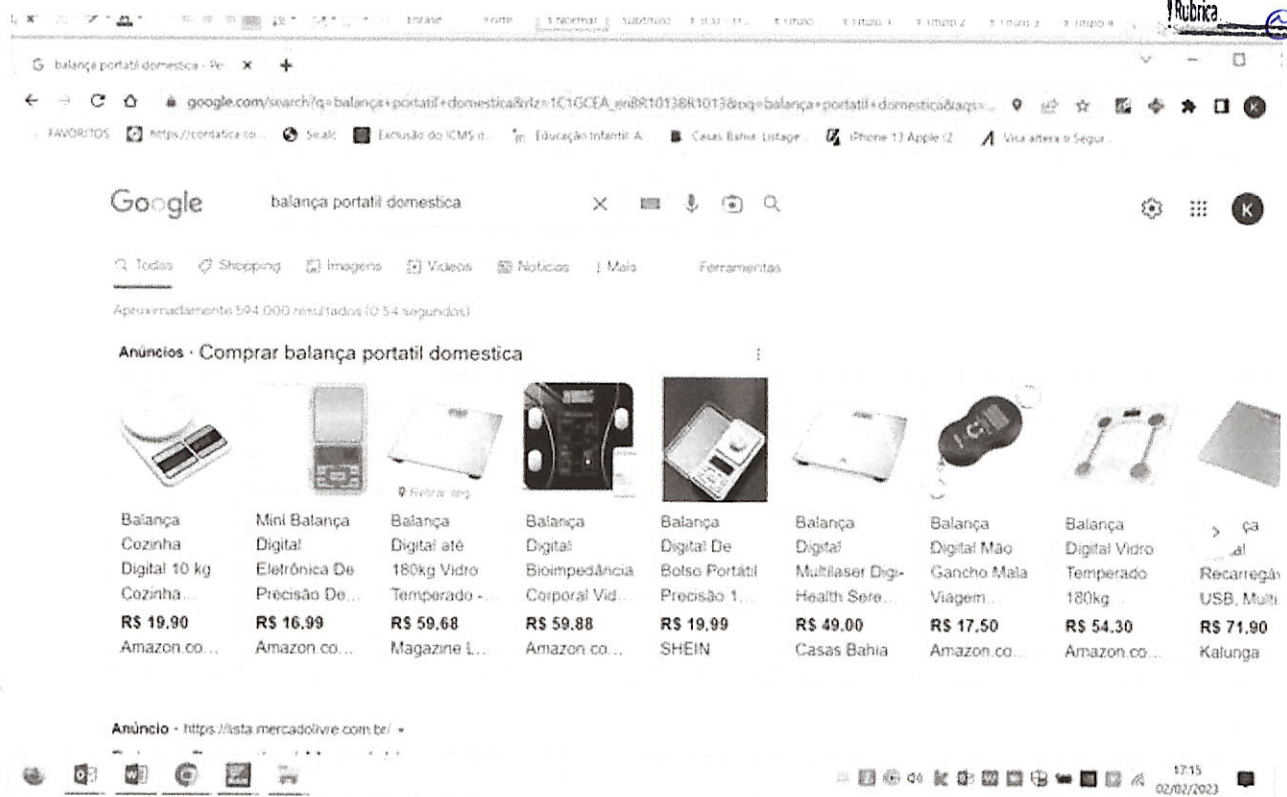
Produto	Preço
Balança Digital	R\$ 1.472,49
Balança Digital Plus	R\$ 350,00
Balança Maleta Port	R\$ 1.256,90
Balança Digital Plus	R\$ 302,00
Balança Inmetro	R\$ 1.825,00

Como pode ser observado acima no print as balanças marca Welmy, Ramuza, Balmak, Lider possuem produtos de uso humano devidamente certificado pelo INMETRO e o preço do produto é acima de R\$1.000,00 sendo que não existe balança com INMETRO ao custo inferior a isso.

VEJAMOS AGORA OS PREÇOS DE BALANÇAS PORTATIL DE USO DOMESTICO DE VIDRO OU PLASTICO:



As balanças domésticas (de plástico e/ou vidro) possuem preço muito inferior porém são balanças de uso restrito a uso residencial e doméstico, não passaram pelo processo de certificação junto ao INMETRO e não possuem SELO DE VERIFICAÇÃO INMETRO, não podendo esses equipamentos serem adquiridos por uma órgão público para pesagem de humano/pacientes, pois não são balanças seguras quanto ao peso obtido conforme já amplamente explanado.



ASSIM, faz-se necessária a revisão no preço de referência para as balanças dessa licitação, pois os mesmos não se compactuam com o valor atual de mercado, do qual somos uma revenda e o valor cotado (estimado) não cobre os custos e o preço de mercado da matéria prima, custos, insumos e verificação inicial (taxa metrológica junto ao INMETRO).

SOMENTE A TAXA INMETRO PARA BALANÇAS PORTATIL 150KG A 300KG CUSTA 165,40 :

Taxa para consulta de registro de objetos com conformidade atestada	R\$ 55,53
Taxa para verificação de registro de objetos com conformidade atestada	R\$ 55,53
Taxa para verificação de comprometimento fiscal	R\$ 1.255,74
Taxa para verificação de comprometimento de responsabilidade	R\$ 1.255,74
Taxa de emissão para produtos importados sujeitos ao licenciamento não automático	R\$ 55,53

Nota 1: O registro tem sua validade vinculada ao Atestado de Conformidade emitido para o objeto registrado. Os preços e serviços para consulta, emissão, renovação e substituição do Atestado de Conformidade são definidos nos portais que operam no Registro de Ativação de Conformidade de cada objeto.

Nota 2: As taxas de verificação de comprometimento fiscal e de responsabilidade incidentes na concessão e na renovação do registro para os serviços com conformidade atestada pelo documento de declaração de fornecimento.

Este documento pode ser verificado nos endereços eletrônicos: <http://www.in.gov.br/normas/inmetro> pelo código 00012017030100041

103	até 5 kg	288,88	98,62
104	acima de 5 kg	365,77	120,65
Instrumentos de pesagem de classe de exatidão II (fina)			
105	até 5 kg	293,92	99,71
106	acima de 5 kg até 50 kg	374,81	123,31
107	acima de 50 kg até 250 kg	565,62	185,30
Sem dispositivos analógicos			
108	até 5 kg	24,41	10,54
Instrumentos de pesagem de classe de exatidão II (fina) com valores de divisão analógicos em múltiplos fixos			
109	acima de 5 kg até 50 kg	206,43	67,44
110	acima de 50 kg até 250 kg	300,72	97,41
111	acima de 250 kg até 500 kg	574,81	187,88
Instrumentos de pesagem dos tipos de exatidão III (média) e IV (simples)			
112	até 5 kg	59,18	18,92
113	acima de 5 kg até 50 kg	121,09	40,34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



120	até 5 kg	105,00	34,82
121	acima de 5 kg até 50 kg	153,71	50,62
122	acima de 50 kg até 100 kg	211,79	69,94
123	acima de 100 kg até 250 kg	275,32	90,65
124	acima de 250 kg até 500 kg	354,69	115,47
125	acima de 500 kg até 1.000 kg	450,00	146,96
126	acima de 1.000 kg até 2.500 kg	575,00	185,97
Sem dispositivos analógicos, de platina ou de mesa e pesos auxiliares			
127	até 5 kg	35,72	11,86
128	acima de 5 kg até 50 kg	69,68	22,86
129	acima de 50 kg até 100 kg	99,36	32,12
Instrumentos de pesagem dos tipos de exatidão III (média) e IV (simples), com valores de divisão analógicos em múltiplos fixos			
130	até 5 kg	73,00	23,02
131	acima de 5 kg até 50 kg	141,80	43,43
132	acima de 50 kg até 100 kg	192,11	57,80
133	acima de 100 kg até 250 kg	256,65	77,16
134	acima de 250 kg até 500 kg	336,02	102,81
135	acima de 500 kg até 1.000 kg	432,14	130,65
136	acima de 1.000 kg até 2.500 kg	555,00	167,83

244	Exatidão: 1 a partir de 10 unidades, cada unidade	291,03	93,61
245	Exatidão: 2 a partir de 20 unidades, cada unidade	291,04	93,61
246	Exatidão: 3 a partir de 30 unidades, cada unidade	291,05	93,61
247	Exatidão: 4 a partir de 40 unidades, cada unidade	291,06	93,61
Instrumentos de medição de temperatura - Termômetros			
Faixa de temperatura de 0 °C até 100 °C			
248	até 10 unidades, cada unidade	22,00	5,70
249	de 10 a 20 unidades, cada unidade	18,09	4,89
250	de 20 a 30 unidades, cada unidade	15,91	4,31
251	de 30 a 40 unidades, cada unidade	14,14	3,74
Faixa de temperatura de -50 °C até 0 °C e acima de 100 °C até 250 °C			
252	até 10 unidades, cada unidade	27,00	6,70
253	de 10 a 20 unidades, cada unidade	22,83	5,73
254	de 20 a 30 unidades, cada unidade	18,09	4,52
Faixa de temperatura de 200 °C até 600 °C			
255	até 10 unidades, cada unidade	30,71	7,71
256	de 10 a 20 unidades, cada unidade	25,74	6,54
257	de 20 a 30 unidades, cada unidade	20,77	5,19
258	de 30 a 40 unidades, cada unidade	18,09	4,52
Termômetros em demonstração			
259	até 10 unidades, cada unidade	22,84	5,74

ASSIM O VALOR DO EDITAL É INEXEQUIVEL PARA BALANÇA APROPRIADA E APROVADA PELO INMETRO solicitada em edital.

Cumpra destacar que é notória a finalidade principal de um certame licitatório, onde o que se busca é a escolha da proposta comercial mais vantajosa para a Administração Pública e que atende a legislação e o INTERESSE PÚBLICO.

Assim, evitando uma contratação irregular e temerária, propensa a causar prejuízo ao erário, a Lei 8.666/93 que rege tal ato, traz em seu bojo todas os parâmetros necessários para que não haja AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUE NÃO ATENDE A NORMAS LEGAIS DO INMETRO.

Por tais razões, as exigências editalícias devem caracterizar-se, em essência, como um processo competitivo direcionado dentro da extrema legalidade, visando dois objetivos a serem perseguidos em qualquer procedimento de licitação: selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e assegurar aos possíveis interessados tratamentos isonômicos, sem se afastar jamais dos princípios insculpidos no art. 3º, § 1º da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Entendemos que a licitação pública não visa atender os interesses dos particulares, mas sim sempre à satisfação do interesse público, proporcionando à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso e simultaneamente assegurar aos concorrentes a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Sucintamente, Hely Lopes Meirelles cita:

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

DOS PEDIDOS

Com base nos fatos e fundamentos expostos, a recorrente vem mui respeitosamente perante ao nobre pregoeiro, requerer o que segue:

1. Seja aceito o pedido de impugnação;

2. Seja realizada uma nova pesquisa de preços a fim de obter os valores de referência exequível(conforme valor de mercado), junto de fornecedores sérios e da área de atuação dos produtos (balanças), de forma a cotar na íntegra o que foi solicitado no edital e com a devida CERTIFICAÇÃO INMETRO, não retirando preços na internet que variam constantemente e não costumam atender ao solicitado no edital, afim de não fracassar o certame que certamente demanda trabalho desta comissão;

3. Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme §2º do artigo 12 do decreto 3555 de 2000.

4. E, por fim, solicitamos que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior **conforme dispõe o artigo 109 da Lei 8.66/1993 para que analise e decida em última Instância**, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, apresentando os três orçamentos para conferência da descrição do item e do valor apresentado, frente ao produto solicitado no edital. A Administração não é obrigada a adquirir produtos de baixa qualidade e de procedência duvidosa, ou seja, de fabricantes que não se encontrem regulares perante a lei.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Araçatuba/SP



K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI

PROCURADORA/REPRESENTANTE LEGAL

CPF 277.277.558-50

--

This message has been scanned for viruses and dangerous content by **MailScanner**, and is believed to be clean.

--

This message has been scanned for viruses and dangerous content by **MailScanner**, and is believed to be clean.

JUCESP

13

11 09 18

CONVÊNIO ARAÇATUBA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE

K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

NIRE: 3560080415-1

CNPJ/MF: 21.971.041/0001-03

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI, brasileira, maior, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na Rua Ary Villela Martins, 294, Residencial Habiana 1, CEP 16.052-000, neste município e comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, nascida aos 21/03/1979, natural de Araçatuba/SP, portadora do documento de identidade RG nº 27.601.293 SSP/SP e do CPF nº 277.277.558-50,

ÚNICA sócia componente da sociedade empresária individual de responsabilidade limitada, que gira no município de Araçatuba, Estado de São Paulo, sob a denominação de K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, com sede e foro na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 88, sala A, Parque Industrial, CEP 16.075-370, neste município e comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3560080415-1, em sessão de 03/03/2005, inscrita no CNPJ sob nº **21.971.041/0001-03**,



4

[Handwritten signature]

JUL 2019

13

11 09 13

resolve, na melhor forma de Direito, alterar o instrumento social mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - A sócia **KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI**, já qualificada no preâmbulo deste instrumento, decide se retirar da sociedade e pela venda que faz da totalidade de suas cotas do capital social conforme segue:

Parágrafo 1º - Para sua genitora, **VERA ROMANAZZI**, brasileira, separada judicialmente, do lar, portadora do RG de n.º 9.882.703-0 SSP/SP e do CPF de n.º 958.687.128-20, residente e domiciliada à Rua Doutor Raposo de Melo, 203, bairro Jardim Dona Amélia, nesta cidade e comarca de Araçatuba, estado de São Paulo CEP 16.050-670, natural de Araçatuba/SP, nascida em 02/06/1959, que adquire 78.800 quotas, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Um) real cada uma, totalizando a importância de R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais).

Parágrafo 2º - O pagamento será realizado em duas parcelas de R\$ 39.400,00 (trinta e nove mil e quatrocentos reais), sendo a primeira no ato da assinatura deste e a segunda no dia 30/08/2019, mediante recibo, dando plena, geral e rasa quitação da quantia paga, declarando que recebeu da Sociedade, todos seus direitos e haveres, não tendo nada a reclamar, seja a qualquer título.

CLÁUSULA 2ª- DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL DA EMPRESA

Parágrafo 1º: A empresa terá como Objeto social a exploração do ramo de comércio de equipamentos de medição e pesagem, Comércio varejistas de máquinas e equipamentos de uso em geral (47.89.0.99); Instalação de máquinas e equipamentos de uso em geral (33.21.0.00), Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de uso em geral (33.14.7.10), Comércio varejista de máquinas e



re.
4
Assinatura

JUL 2023

13

11 09 18

equipamentos (47.44.0.01), comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças (46.63-0-00), comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial (46.65-6-00); partes e peças comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (4664-8/00), comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (4645-1/01) e prestação de serviços na manutenção e instalações, podendo ser modificado ou estendido, a critério do sócio.

CLÁUSULA 3ª – Em decorrência das alterações descritas na cláusula anterior, a cláusula 3ª e 4ª do contrato social passa a ter seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Capital Social.

O capital social é de R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, detido, em sua totalidade, pela Titular **VERA ROMANAZZI**.

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade da titular **VERA ROMANAZZI** é limitada à importância total do capital integralizado.

CLÁUSULA 3ª – O titular **CONSOLIDA** o contrato social da Empresa, que passa a vigorar com a redação abaixo, permanecendo em pleno vigor as demais disposições contratuais não alteradas por este instrumento.



4

Carvalho

VR

JUL 13

13

11 09 10

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

NIRE: 3560080415-1

CNPJ/MF: 21.971.041/0001-03

VERA ROMANAZZI, brasileira, separada judicialmente, do lar, portadora do RG de n.º 9.882.703-0 SSP/SP e do CPF de n.º 958.687.128-20, residente e domiciliada à Rua Doutor Raposo de Melo, 203, bairro Jardim Dona Amélia, nesta cidade e comarca de Araçatuba, estado de São Paulo CEP 16.050-670, natural de Araçatuba/SP, nascida em 02/06/1959,

ÚNICA sócia componente da sociedade empresária individual de responsabilidade limitada, que gira no município de Araçatuba, Estado de São Paulo, sob a denominação de **K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, com sede e foro na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 88, sala A, Parque Industrial, CEP 16.075-370, neste município e comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3560080415-1, em sessão de 03/03/2005, inscrita no CNPJ sob nº 21.971.041/0001-03, o qual se regerá, doravante, pelo presente ATO CONSTITUTIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME EMPRESARIAL



JUL 2023

13

11 09 10

A empresa girará sob nome empresarial de **K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**.

CLÁUSULA SEGUNDA – ENDEREÇO DA SEDE

A sede da empresa será na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 88, sala A, Parque Industrial, CEP 16.075-370, neste município e comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos), totalmente integralizado em moeda corrente do País e representado por uma quota de igual valor nominal.

CLÁUSULA QUARTA- DO OBJETO SOCIAL

A empresa terá como Objeto social a exploração do ramo de **comércio de equipamentos de medição e pesagem, Comércio varejistas de máquinas e equipamentos de uso em geral (47.89.0.99); Instalação de máquinas e equipamentos de uso em geral (33.21.0.00), Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de uso em geral (33.14.7.10), Comércio varejista de máquinas e equipamentos (47.44.0.01), comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças (46.63-0-00), comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial (46.65-6-00); partes e peças comércio atacadista**



4

Assinatura

JUL 19

13

11 09 18

de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças (4664-8/00), comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (4645-1/01) e prestação de serviços na manutenção e instalações, podendo ser modificado ou estendido, a critério do sócio.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa iniciou suas atividades em 26/01/2015, possuindo prazo indeterminado de duração.

CLÁUSULA SEXTA – DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

O exercício social coincidirá com o ano calendário civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano.

CLAUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO

A Administração da empresa caberá à **VERA ROMANAZZI** já qualificada no preâmbulo deste instrumento, com os poderes para direção, gerência e administração da sociedade, podendo assinar contratos, passar recibos, dar quitação, emitir cheques bancários, aceitar, emitir ou endossar títulos comerciais ou financeiros, tais como letras de câmbio, notas promissórias, documentos relativos à outorga ou alienação de bens imóveis da sociedade e, praticar todos os atos que importem em direitos e obrigações da mesma, inclusive os atos que possam representá-la perante as repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais, em juízo ou fora dele.



JUL 29

13

11 09 18

Parágrafo primeiro – A sociedade poderá nomear procuradores com poderes especiais, sendo defeso a delegação de poderes do uso da denominação social para fins estranhos ao objeto social.

CLAUSULA OITAVA – DECLARAÇÃO DO TITULAR

Declaro que não participo de nenhuma outra empresa da modalidade EIRELI.

CLAUSULA NONA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO PARA O EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administradora declara, sob as penas da Lei, de que não está impedida de exercer a administração de empresa individual de responsabilidade limitada, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA- ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAIS

A empresa poderá a qualquer tempo criar, alterar ou extinguir filiais e outros estabelecimentos no País ou fora dele, mediante deliberação do titular.



h

Autenticado

JUCESP
13
11 09 18

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro de Araçatuba/SP para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento constitutivo.

E por estar de pleno acordo assino o presente instrumento de alteração da empresa EIRELI., em 3 (três) vias de igual valor, teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Araçatuba-SP, 20 de agosto de 2018.

KAREN CRISTIANE RIBEIRO
STANICHESKI

VERA ROMANAZZI

Testemunhas:

Márcio Ernica

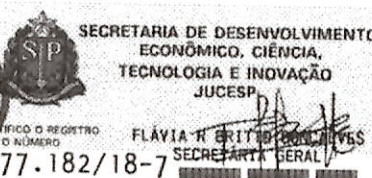
CPF 338.068.998-00

RG 35.165.004-0 SSP/SP

Danilo Junio da Silva Akama

CPF 386.519.708-62

RG 46.262.026-8 SSP/SP



JUCESP



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **31/07/2020 10:19:05 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 79541309181612000020-1 79541309181612000020-8

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6176d807e0e678be7c4dfc9278e768f49d37f7be26eac351f4cb6af0ecc7cbd37487f7ca7b4b7a73ce832ed33793
ec70695c3f1a8b262ec7a929a8739e21142d7



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 0500-9

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

3423-074643

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.882.703-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/OUT/2006

NOME VERA ROMANAZZI

FILIAÇÃO PEDRO ROMANAZZI

E ERCÍLIA TEIXEIRA ROMANAZZI

NATURALIDADE ARAÇATUBA -SP DATA DE NASCIMENTO 02/JUN/1959

DOC ORIGEM ARAÇATUBA-SP ARAÇATUBA

CC:LV.B065/FLS.0115/N.005149

CPF 958687128/20

ASSINATURA DO DIRETOR

DELEGADO DIVISIONÁRIO

Processo Nº: 35134 / 23

Rubrica e Fls: 23

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 79541409180820360719-1; Data: 14/09/2018 08:35:15

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHM22518-MBW0;

Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Bel. Valber de Miranda Covalco

Titular Confira os dados do ato em: <https://sefodigital.tjpb.jus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **14/09/2018 10:46:38 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1075616

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **14/09/2019 08:35:42 (hora local)**.

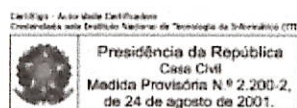
¹**Código de Autenticação Digital:** 79541409180820360719-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b5128213cb19be836697676dab8b172bf2c9e3fe744585b40c529eac8a6f845cb95c3f1a8b262ec7a929a8739e2
1142d7e6f400d42f67cf143d03935bc835efd1



Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 266/2023

Processo Licitatório nº: 23.458/2023

Processo de Impugnação nº: 35.134/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS À IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL voltada à gestão de Resíduos Sólidos, através de assessoria e consultoria em 5 unidades escolares, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

IMPUGNANTE: K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - CNPJ sob o nº 21.971.041/0001-03.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 266/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Comissão de Pregão I

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante que, diante das especificações técnicas apresentadas e rigorosas expectativas do edital e Administração referentes aos itens 1 e 2, o valor estimado não seria condizente e ficaria aquém dos custos do produto, sendo que não existiria no mercado NENHUMA BALANÇA PORTÁTIL PARA PESAGEM DE PESSOAS CERTIFICADA PELO INMETRO que apresentasse o valor orçado. A estimativa teria sido feita com base em uma balança de uso doméstico/residencial, sendo que o órgão público não poderia utilizar-se de tal produto.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Em face do exposto, requer:

- A) Que seja aceito o pedido de impugnação;
- B) Que seja realizada uma nova pesquisa de preços a fim de obter os valores de referência exequíveis (conforme valor de mercado), junto de fornecedores sérios e da área de atuação dos produtos (balanças), de forma a cotar na íntegra o que foi solicitado no edital e com a devida CERTIFICAÇÃO INMETRO, não retirando preços na internet que variam constantemente e não costumam atender ao solicitado no edital, afim de não fracassar o certame que certamente demanda trabalho desta comissão;
- C) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme §2º do artigo 12 do decreto 3555 de 2000;

Comissão de Pregão I

D) E, por fim, que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior conforme dispõe o artigo 109 da Lei 8.66/1993 para que analise e decida em última Instância, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, apresentando os três orçamentos para conferência da descrição do item e do valor apresentado, frente ao produto solicitado no edital. A Administração não é obrigada a adquirir produtos de baixa qualidade e de procedência duvidosa, ou seja, de fabricantes que não se encontrem regulares perante a lei.

IV. DO MÉRITO

07 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 29.2 do edital e que, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Informo que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 01 de fevereiro de 2024 e, caso necessário, será suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 29 de dezembro de 2023.

LEONARDO
GABRIG
PEIXOTO:10858597
705

Assinado digitalmente por
LEONARDO GABRIG
PEIXOTO:10858597705
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, OU=
23485245000104, OU=Presencial, OU=
=Certificado PF A3, CN=LEONARDO
GABRIG PEIXOTO:10858597705
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2023.12.29 14:19:28-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

Para: SSPLMCA

Origem: GABMDUS

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
SEMMADUS/GABMDUS

Processo nº 35134/2023 N° da folha: 0028
Data 03-01-2024 Leidiane Brantes

A fim de instruir o processo nº 35134/2023

Requerente: K C R S COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO EIRELE

Assunto: Solicitação

Informação:

Diante da impugnação apresentada (Ref. Pregão Eletrônico nº 266/2023 - PA. 23.458/2023), encaminho os autos à Subsecretaria de Preservação, Licenciamento, Monitoramento e Controle Ambiental para manifestação.

Após, remetam-se os autos à Douta Procuradoria Geral do Município, devendo retornar, após, à Comissão de Pregão I.


Leidiane Brantes
Matr. 62920

Nova Friburgo, quarta-feira, 03 de Janeiro de 2024



A: Procuradoria Geral do Município

Da: SSPLMCA

A fim de instruir o processo administrativo nº 35134/2023

Requerente: K.C.R.S. Comércio

Assunto: Impugnação

INFORMAÇÃO:

Trata-se de processo administrativo instaurado em virtude da Impugnação ao Edital (Ref.: Pregão Eletrônico nº 266/2023 - PA. 23.458/2023) oferecida pela pessoa Jurídica de Direito Privado K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.971.041/0001-03.

Em sua impugnação a Impugnante, em suma, sustenta que: "(...) Vale ressaltar que os requisitos do edital estão condizentes pois especifica balança portátil de uma ótima qualidade devidamente CERTIFICADA PELO INMETRO, porém o VALOR DE REFERÊNCIA INEXEQUÍVEL, para cumprir as exigências estabelecidas no edital [...] O preço estabelecido "teoricamente" traduzem uma balança de uso doméstico/residencial sendo que o órgão público não pode utilizar-se de tal produto que é restrito a uso doméstico e residencial. As balanças domésticas normalmente são de vidro ou plástico e são balanças de uso restrito a uso residencial e doméstico, não passaram pelo processo de certificação junto ao INMETRO e não possuem SELO DE VERIFICAÇÃO INMETRO, sendo que certificação junto ao órgão é requisito obrigatório para BALANÇAS para pesagem HUMANA em estabelecimentos de saúde (para segurança do cidadão) ou em qualquer aplicação DE PESAGEM dentro de um órgão público (para segurança do cidadão) pois balança para pesagem em órgão público não é de uso doméstico. O órgão público não pode adquirir balanças domesticas com fim residencial...".

Ao final foram formulados os seguintes pedidos pela Impugnante: "1. Seja aceito o pedido de impugnação.; 2. Seja realizada uma nova pesquisa de preços a fim de obter os valores de referência exequível (conforme valor de mercado), junto de fornecedores sérios e da área de atuação dos produtos (balanças), de forma a cotar na íntegra o que foi solicitado no edital e com a devida CERTIFICAÇÃO INMETRO, não retirando preços na internet que variam constantemente e não costumam atender ao solicitado no edital, afim de não fracassar o certame que certamente demanda trabalho desta comissão; 3. Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 2º do artigo 12 do decreto 3555 de 2000.; 4. E, por fim, solicitamos que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título



meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior conforme dispõe o artigo 109 da Lei 8.66/1993 para que analise e decida em última Instância, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, apresentando os três orçamentos para conferência da descrição do item e do valor apresentado, frente ao produto solicitado no edital. A Administração não é obrigada a adquirir produtos de baixa qualidade e de procedência duvidosa, ou seja, de fabricantes que não se encontrem regulares perante a lei."

Recebida a impugnação pela Comissão de Pregão I, eis que em sede de admissibilidade entendeu pelo preenchimento dos pressupostos legais (fls. 25/27), foram os autos remetidos a esta Especializada para manifestação.

Passo a analisar o mérito:

De início, cumpre destacar que conforme devidamente descrito nos documentos oficiais (Edital e Termo de Referência) o processo licitatório em análise tem por objeto:

1. "Aquisição de *materiais necessários à implementação de ações de educação ambiental voltada à gestão de Resíduos Sólidos, através de assessoria e consultoria em 5 unidades escolares*, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento."

No Item 3.6 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) constou os seguintes esclarecimentos:

1. "As unidades escolares onde o projeto será aplicado necessitam dos seguintes materiais, melhor especificados na tabela do item 2.1:

Balança Digital Portátil Gancho para pesca bagagem 50 Kgs - pesagem do resíduo mais leve;

Balança mecânica com visor tipo relógio 200 kg - pesagem do resíduo de maior peso (colocado nos sacos em polipropileno);"

Logo, ao contrário do que aduz a Impugnante, as balanças não terão finalidade comercial, tampouco, serão utilizados para fins de pesagem humana, sendo utilizadas para a pesagem de resíduos sólidos.

Desta forma, os resíduos gerados em uma unidade escolar são similares aos produzidos em ambiente doméstico, assim, não merece prosperar a alegação da Impugnante quanto a necessidade de inclusão de exigência de Certificação do INMETRO.



Neste tópico, cabe ressaltar que a Impugnante utiliza um *print* com a informação: "IPEM FARMÁCIAS", o que foge completamente ao escopo do objeto da presente licitação.

Não bastasse, no próprio site do IPEM RJ, acessível pelo link: <https://www.ipem.rj.gov.br/Instrumentos/Balanca/>, extrai-se a informação de que: "(...) Existe uma diversidade grande de instrumentos de pesagem para várias finalidades. Cada tipo é apropriado para sua utilização. Esses são os tipos de instrumentos de pesagem, aferidos pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM-RJ): • Para transações comerciais; • Para cálculo de pedágio, tarifa, imposto, prêmio, multa, remuneração, subsídio, taxa ou um tipo similar de pagamento; • Para aplicação de uma legislação ou uma regulamentação, ou para perícias judiciais; • Na prática médica no que concerne a pesagem de pacientes por razões de vigilância, de diagnóstico e de tratamento médico; • Para a fabricação de medicamentos segundo receita em farmácia e determinação de massas quando de análises efetuadas nos laboratórios médicos e farmacêuticos; • Determinação do preço em função da massa para venda direta ao público (comida a quilo) e para a confecção de mercadorias pré-medidas...".

Assim, dúvidas não restam quanto ao descabimento da impugnação apresentada, bem como quanto a não ocorrência de nenhuma das hipóteses acima descritas.

Ademais, conforme disposto no item 27.2 do Edital: "O aceite/aprovação dos produtos pelo Município de Nova Friburgo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste Edital."

Não bastasse, os itens 6.4 e 14.5 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), assim dispõem:

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, **após a verificação da qualidade e quantidade do material** e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

(...)

14.5 **A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.** (g.n)

Neste sentido, ainda que não conste na especificação dos itens exigência quanto a certificação do INMETRO, tal fato não importa em dizer que os materiais que se pretende adquirir não devam atender aos padrões de qualidade previstos nas normas vigentes.

Quanto a pesquisa de preços realizadas, ao contrário do que alega a Impugnante, a mesma foi realizada segundo os critérios legais, pela Secretaria responsável, inexistindo qualquer



irregularidade ou incoerência em relação aos resultados obtidos, razão pela qual, igualmente não merece prosperar as razões de impugnação.

Não bastasse, a Impugnante utiliza em sua manifestação, *prints* relacionados a modelos de balança diversos dos cotados pela administração pública, e por consequência das que se pretende adquirir, estando em desconformidade com as especificações do Edital e seus Anexos, além de englobar Certificação do INMETRO, o que para destinação pretendida não se faz necessário, tampouco, consiste em obrigação legal, fato que justifica a alegada divergência de valores.

Acrescente-se que em buscas realizadas na rede mundial de computadores, pôde se constatar a apresentação de impugnações similares a ora apreciada, que foram analisadas por Comissões de Pregão vinculadas a outros Entes que, por seu turno, julgaram improcedentes as alegações de obrigatoriedade de Certificação do INMETRO e demais teses, conforme comprovam as cópias anexas extraídas dos links: <https://marema.sc.gov.br/licitacao/pregao-presencial-no-23-2023-material-expediente-e-didatico/> e <https://placas.pa.gov.br/pregao-eletronico-no-012-2023/>.

Desta forma, entendemos por improcedente a impugnação apresentada em sua integralidade. Segue a Procuradoria Geral do Município.

Nova Friburgo-RJ, 04 de janeiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 RAFAEL VIGNERON CARIELLO
Data: 04/01/2024 16:27:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafael Cariello
Subsecretário
Matrícula: 62.036

ANDREA DUQUE
ESTRADA
RIBEIRO
AZEVEDO:01588
111784

Assinado de forma digital
por ANDREA DUQUE
ESTRADA RIBEIRO
AZEVEDO:01588111784
Dados: 2024.01.04
16:38:24 -03'00'

De acordo:

Andrea Duque Estrada Ribeiro de Azevedo
Matrícula: 062.793

Secretária Municipal de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Urbano Sustentável



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO



PROCESSO LICITATÓRIO nº 52/2023

PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, didático e de expediente para utilização nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Marema e seus fundos.

Trata-se de pedido de impugnação apresentado **K.C.R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 88, cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 09.251.627/0001-90, interposta em desfavor dos termos do Edital, conforme segue:

DOS FATOS

Chegaram a esta Pregoeira, na data de 11/07/2023, por intermédio do endereço eletrônico licitacao01@marema.sc.gov.br, o pedido de impugnação formulado pela **K.C.R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP** em epígrafe, alegando, numa breve síntese, que o Edital está eivado e vício devido à falta de exigências de comprovação de certificação do INMETRO e valor referência do item 14, do Anexo II.

Em suma, requer a retificação do Edital, passando a alteração de exigências impostas no ato convocatório, sob pena de nulidade do certame licitatório.

DAS ALEGAÇÕES

A IMPUGNANTE aduz em suma que o Edital precisa ser retificado, com pedido de alteração do descritivo e exigências no item 14 do Edital, conforme segue:

1. *Seja aceito o pedido de impugnação;*
2. *Seja realizada alteração no descritivo **PARA INCLUIR NOS EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO (BALANÇAS) A CERTIFICAÇÃO INMETRO/SELO INMETRO**, afim de garantir a aquisição de um produto de qualidade, alta performance, durável e adequado para o uso;*



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL
PROCESSO Nº 35134/23
DATA: 04/01/24
FOLHAS Nº 34 VISTO

mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos
órgãos competentes de controle de qualidade Industrial atentando-se a
contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII,
da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Já o Código de Defesa do Consumidor art. 39, VIII da Lei 8.079/93,

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Desta feita, mesmo que não conste na especificação do item a certificação do INMETRO, se o equipamento tiver a exigência mercadológica de estar enquadrado nas normas de qualidade, para ser comercializado, este deverá possuir os certificados de acordo com a sua modalidade. Assim, como especificado no item 2.3 do edital, fica subentendido que será exigido e analisados os padrões de qualidade no ato da entrega dos mesmos.

Já, no que se referente ao valor referência do item, a impugnante novamente deduz e se equivoca quando alega que as cotações de preço não foram realizadas com "fornecedores sérios" ou que foram "retirados da internet". Salientamos assim, que a pesquisa de mercado foi realizada com 3(três) fornecedores da região, sendo empresas constituídas legalmente e que costumeiramente participam de licitações em toda a região, como mostra os orçamentos abaixo:

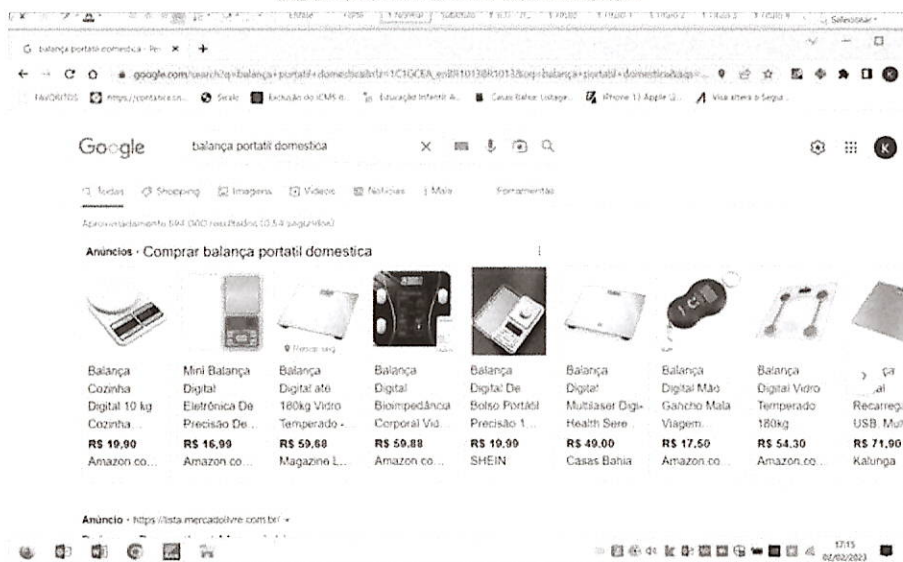
para as unidades escolares municipais e especificações a seguir:

RAZÃO SOCIAL: *Milene Satima Simonetti Fach*
CNPJ/MF: *14.430.234/0001-79*
ENDEREÇO: *Rua Vitorino Ramos 290 Marema SC*
TELEFONE: *49 954671308*
E-MAIL: *milenefach@hotmail.com*
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: *Milene S. Fach*

14	Balança digital com as seguintes características: pesagem de produtos até 100 quilos, visor LCD, vidro temperado, item, desligamento automático, 5 bateria.	Unid	2
	Item para fogão com as seguintes características: modelo gás 120, forquilha de ferro, cozido de ferro.		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MAREMA



Dito isto, constata-se que não há o que se impugnar com relação ao Instrumento Convocatório, exigências e valores referência, posto que o mesmo cumpre claramente as exigências legais previstas em lei específica, tanto em relação a real necessidade da administração, quanto na pesquisa de preço, e que o acato as razões da impugnação seria o mesmo que descumprir a lei federal que norteia as licitações públicas, bem como os princípio que a regem, com o intuito de onerar e/ou restringir a participação das empresas interessadas na prestação do serviço.

É a análise.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a pregoeira, decide no sentido de conhecer a impugnação interposta pela do K.C.R INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP, e no mérito, julgá-la **IMPROCEDENTE**, por entender a irregularidade na exigência.

Dê-se ciência às interessadas desta decisão.

Marema/SC, 12 de julho de 2023.

gov.br

Documento assinado digitalmente
EDIANE GONCALVES DE ALMEIDA
Data: 12/07/2023 15:25:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ediane G. de Almeida
Pregoeira



Estado do Pará
Prefeitura Municipal De Placas
Setor de Licitação
CNPJ: 01.611.858/0001-55

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	
PROCESSO Nº	35134/23
DATA:	04 / 01 / 24
FOLHAS Nº	36 VISTO:

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital referente ao Pregão Eletrônico nº012/2023, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE MATÉRIA TÉCNICO HOSPITALAR E INSUMO LABORATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PLACAS – PARÁ, ITENS FRACASSADOS OU DESERTOS DO PREGÃO Nº029/2023 APRESENTADO PELA EMPRESA K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI-EPP CNPJ Nº09.251.627/0001-90.**

I.DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do disposto no art. 18 do Decreto 5.450 de 31/05/2005, a impugnação encontra-se tempestiva.

II – DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante requer, essencialmente, que seja alterado o descritivo do itens de equipamento de medição para que seja incluso a exigência de certificação INMETRO/SELO INMETRO; Que seja realizada nova pesquisa a fim de obter-se valor compatível com o equipamento de medição com certificação do INMETRO. Além disso, a empresa requer que a pesquisa não seja retirada da internet pois essas variam constantemente e não costumam atender o solicitado no edital e pode tornar o pregão fracassado; Que seja republicado o edital, escoimado o vício, reabrindo o prazo previsto no §2º do Art. 12 do Decreto 3.555/2000; Que caso seja indeferido a impugnação, que seja remetido a Autoridade superior e que essa apresente três orçamentos para conferência da descrição do item e do valor apresentado, frente ao produto solicitado no edital.

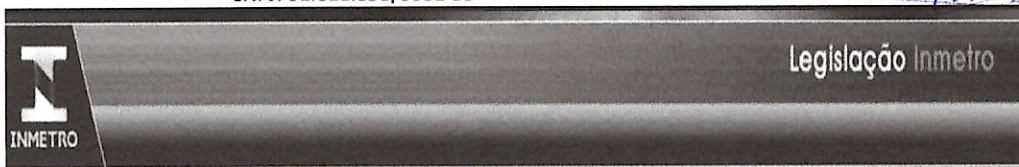
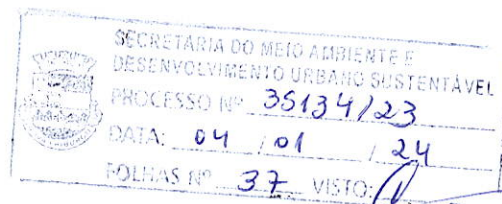
II- DA ANALISE JURIDICA.

“A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PLACAS requereu Parecer Jurídico á cerca da impugnação ao edital realizada pela empresa K.C.R. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP, cujo objeto principal é a tentativa de mudança do item 34 do pregão eletrônico nº 012/2023, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE MATÉRIA TÉCNICO HOSPITALAR E INSUMO LABORATORIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PLACAS – PA.**

O item 34 é definido da seguinte forma: “Balança digital para agentes de saúde até 150 kg”, sendo estes 100 unidades. A empresa fundamenta seu pedido na Portaria INMETRO nº 236 de 22 de dezembro de 1994 que aprova o Regulamento Técnico Metrológico, que estabelece as condições que deverão ser observadas na fabricação, instalação e utilização de instrumentos de pesagem não automáticos. Alega também que o preço de referência seria inexequível. É o relatório. Passo a fundamentação. Verifico que a impugnação do empresa RECORRENTE deve ser INDEFERIDA e eu explico o porquê. Excelentíssimo Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Secretário de Saúde, primeiramente insta salientar que a Portaria INMETRO nº 236/94, que o RECORRENTE fundamentou toda a sua peça se encontra REVOGADA, conforme consta no site do próprio INMETRO, senão vejamos: 1



Estado do Pará
Prefeitura Municipal De Placas
Setor de Licitação
CNPJ: 01.611.858/0001-55



[Principal](#) » [Consulta](#) » [Resultado da Pesquisa](#) » [Informações Complementares](#)

Regulamentos Técnicos Metrológicos e de Avaliação da Conformidade
Informações Complementares

[Nova Consulta](#)

Ato Legal

Nome	Portaria INMETRO / MICT número 236- de 22/12/1994	Integra
Categoria	Regulamento	
Situação	Revogado	

Publicação no Diário Oficial da União

Data	05/01/1995
Seção	1
Página(s)	299 a 312

Assunto

Aprovação do Regulamento Técnico referente à fabricação, instalação e utilização de instrumentos de pesagem não automáticos.

Se a fundamentação foi revogada pelo próprio órgão regulador, não tem para que a Administração Pública sequer discutir as matérias de direito incluídas pelo RECORRENTE no restante de sua fundamentação, já que não junta jurisprudência do TCU, ou outras matérias de direito que tenham o condão de demonstrar qualquer irregularidade na demonstração do item 34. As balanças serão utilizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde, apenas para pesagem regular de pacientes, não sendo necessário, em legislação específica, a utilização de balanças que recorram a especificidade do INMETRO. Por conta disto, não há qualquer pertinência sobre o pedido do IMPUGNANTE, o qual deve ser negado pelo Secretário de Saúde. Com relação a inexecuibilidade, a empresa junta do sítio GOOGLE uma balança INMETRO para pesar até 200 quilos, sendo que a Secretaria de Saúde pediu uma balança simples, sem fiscalização do INMETRO de até 150 quilos. Logicamente os preços serão diferentes, fazendo com que a empresa não comprove nem a ilegalidade da SECRETARIA no que concerne a emissão do item 34, nem a inexecuibilidade, já que a "pesquisa" foi feita com base em uma descrição diferente do que a exigida pela Secretaria.

CONCLUSÃO Por todo o exposto a ASSESSORIA JURÍDICA entende que o pedido da empresa K.C.R. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP deve ser conhecido, porém improvido, já que não conseguiu demonstrar efetivamente a ilegalidade no pedido de balanças simples para o exercício da função dos Agentes Comunitários de Saúde, nem conseguiu demonstrar a inexecuibilidade dos preços



Estado do Pará
Prefeitura Municipal De Placas
Sector de Licitação
CNPJ: 01.611.858/0001-55

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	
PROCESSO Nº	35134/23
DATA:	04 / 01 / 24
FOLHAS Nº	38 VISTO:

pesquisados. É o Parecer. Salvo Melhor Juízo. Placas - PA, em 03 de abril de 2023. **DJALMA LEITE**
FEITOSA FILHO OAB/PA nº 15.670 Advogado Prefeitura"

III- DO MÉRITO

Acreditamos que a empresa é potencial participante deste processo licitatório. Faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento da contratação e/ou aquisição de serviços e produtos de primeira qualidade.

A empresa ao informar que a Comissão de julgamento desta licitação ao elaborar o descritivo do item 34 não consolida com o requisito da Administração Pública exigir e receber um produto de qualidade e com boa durabilidade demonstra desconhecimento da tramitação interna de processos Licitatório visto que a não compete a comissão de Licitação ou equipe de apoio e Pregoeiro a elaboração de Termo de Referência com descrição. Destaca-se que a demanda das necessidades de cada Fundo Municipal é realizada internamente em cada setor. E que conforme encontra-se anexo ao edital, o Termo de Referência foi elaborado pela servidora Vany Deodato Silva -Mat.124112-5 e autorizado pelo Sec. Mun. De Saúde, Sr. Gilberto Bianor dos Santos Paiva Secretário Municipal de Saúde.

Portanto, conforme dito acima, as especificações estabelecidas no edital, conforme informado acima, são descrições que correspondem com as necessidades da Sec. Mun. De Saúde. E como a empresa impugnante alegou, é apenas teoricamente que se trata de balança doméstica/residencial, e não de fato. Assim, os valores correspondem com o praticado no mercado para o item qual a Sec. Mun. De Saúde necessita.

Ademais, conforme informado pela Assessoria Jurídica do Município o regulamento que fundamenta o pedido da empresa impugnante encontra-se revogado. Diante disso, encontra-se descoberto de legalidade.

IV- DA DECISÃO

Ante o exposto, conheço o presente recurso por ser tempestivo e conhecido, para no mérito julgá-lo **IMPROCEDENTE**, e determino que seja dado prosseguimento ao feito, decidindo manter o edital e seus anexos, bem como a data e horário de abertura do certame.

Remeto a Autoridade Superior para análise da impugnação.

Placas – Pará, 04 de Abril de 2023.

SHAYANE NAYARA
FARIAS
KOSTOV:82022763220

Assinado de forma digital por
SHAYANE NAYARA FARIAS
KOSTOV:82022763220
Dados: 2023.04.04 12:41:20 -03'00'

Shayane Nayara Farias Kostov
Pregoeira Municipal



INSTITUCIONAL

SERVIÇOS

CONSUMIDOR

EMPRESÁRIO

CONTATO

IPEM BALANÇAS

Como verificar balanças

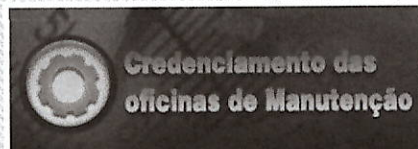
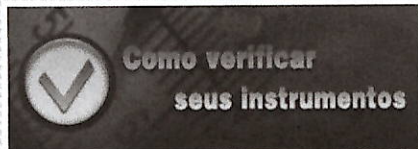
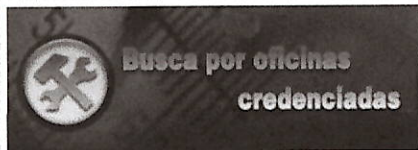
Existe uma diversidade grande de instrumentos de pesagem para várias finalidades. Cada tipo é apropriado para sua utilização. Esses são os tipos de instrumentos de pesagem, aferidos pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM-RJ):

- Para transações comerciais;
- Para cálculo de pedágio, tarifa, imposto, prêmio, multa, remuneração, subsídio, taxa ou um tipo similar de pagamento;
- Para aplicação de uma legislação ou uma regulamentação, ou para perícias judiciais;
- Na prática médica no que concerne a pesagem de pacientes por razões de vigilância, de diagnóstico e de tratamento médico;
- Para a fabricação de medicamentos segundo receita em farmácia e determinação de massas quando de análises efetuadas nos laboratórios médicos e farmacêuticos;
- Determinação do preço em função da massa para venda direta ao público (comida a quilo) e para a confecção de mercadorias pré-medidas.

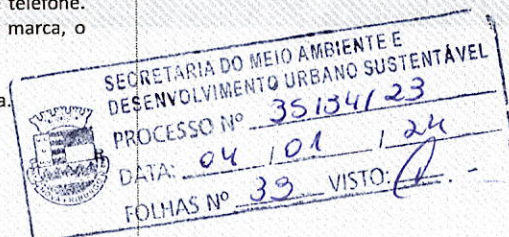
Para obter o certificado e laudo de verificação do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM-RJ), é necessário solicitar agendamento pela Diretoria Técnica do órgão através do e-mail: ditec@ipem.rj.gov.br

É necessário informar a razão social da empresa, endereço de balança e telefone. No caso da descrição do equipamento o solicitando precisa informar a marca, o modelo, carga máxima e menor divisão.

A balança deve estar calibrada e em perfeitas condições para ser vistoriada.



Videos relacionados



IPEM-RJ realiza verificação de taxímetros de Teresópolis.

Localização da sede do IPEM em Petrópolis, RJ, já está definida



Processo Administrativo n.º: 35.134/2023 – apenso ao 23.458/2023 N.º 40 Rubrica [assinatura]

Requerente: K.C.R.S. Comércio de Equipamentos EIRELI

Assunto: Impugnação – Licitação – Pregão Eletrônico n.º 266/2023 – Lixo Zero Educação Ambiental.

Ao Sr. Subprocurador de Processos Administrativos.

I- RELATÓRIO.

Trata-se de impugnação interposta por K.C.R.S. Comércio de Equipamentos EIRELI em 28/12/2023, acerca do Edital do Pregão Eletrônico n.º 266/2023 - Processo Licitatório n.º 23.458/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a aquisição de materiais necessários à implementação de ações de educação ambiental voltada à gestão de Resíduos Sólidos, através de assessoria e consultoria em 5 (cinco) unidades escolares, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 05/01/ 2023.

Em suma, a empresa alega, em sua peça de impugnação, que os requisitos dos itens 1 e 2 do edital estão condizentes, pois especificam balança portátil de ótima qualidade, o que levaria a crer que deveria ser certificada pelo IMETRO. Porém, o valor de referência apresentado não seria exequível para cumprir essa exigência. De acordo com a empresa, o preço estabelecido seria equivalente ao preço das balanças de uso doméstico e residencial e este tipo de produto não poderia ser usado para pesagem humana ou para qualquer pesagem dentro de um órgão público, sendo necessária a exigência de certificação pelo IMETRO para maior confiabilidade da aferição.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 25/27, realizou exame de admissibilidade, confirmou que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade,

[assinatura]



fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e encaminhou o procedimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 29.2 do edital.

Às fls. 28/32 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável na qual informou que:

Logo, ao contrário do que aduz a Impugnante, as balanças não terão finalidade comercial, tampouco, serão utilizados para fins de pesagem humana, sendo utilizadas para a pesagem de resíduos sólidos.

Dessa forma, os resíduos gerados em uma unidade escolar são similares aos produzidos em ambiente doméstico, assim, não merece prosperar a legação da Impugnante quanto a necessidade de inclusão de exigência de Certificação do INMETRO.

Ademais, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável informa que, ainda que não exista exigência de “*Certificação do INMETRO, tal fato não importa em dizer que os materiais que se pretende adquirir não devam atender aos padrões de qualidade previstos nas normas vigentes*” e que os preços levantados pela impugnante estão “*relacionados a modelos de balança diversos dos cotados pela administração pública, e por consequência, das que se pretende adquirir, estando em desconformidade com as especificações do Edital e seus Anexos*” razão pela qual, igualmente não merecem prosperar as razões de impugnação. A referida secretaria anexou cópias de apreciações de impugnações similares a ora verificada (fls. 33/39) e que foram analisadas por Comissões de Pregão vinculadas a outros Entes que jugaram improcedentes as alegações de obrigatoriedade de Certificação do INMETRO e demais teses. Por fim, encaminhou os autos à Procuradoria para análise e parecer.

É o breve relatório. Passa-se à devida análise.

Inicialmente, cabe salientar que a presente manifestação expressa posição sobre a legalidade, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não representando prática de ato de gestão, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentarem a decisão do administrador, em seu âmbito discricionário.

PROCESSO N.º 35.134

DIA 08/01/2024

Folhas N.º 42 Rubrica 8

II- DO MÉRITO.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 28/12/2023 é tempestiva, em conformidade com o subitem 29.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n.º 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está agendada para 01/02/2024, motivo pelo qual deve ser recebida.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme previsto nos subitens 29.1, 29.2 e 29.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n.º 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Inicialmente, verifica-se que **não foi impugnado qualquer aspecto legal ou jurídico referente ao edital licitatório**, mas tão somente quanto à exigência técnica referente à obrigatoriedade de Certificação do INMETRO do item licitado, o que, por consequência, alteraria o preço do referido item.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.



Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria de Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável sua análise, uma vez que é a secretaria requisitante, sendo certo que essa análise foi realizada às fls. 28/39. Destaque-se que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Verifica-se que a Secretaria de Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável afirmou que as balanças não terão finalidade comercial, tampouco, serão utilizadas para fins de pesagem humana, sendo utilizadas apenas para a pesagem de resíduos sólidos. Esclareceu que os resíduos gerados em uma unidade escolar são similares aos produzidos em ambiente doméstico, e, em sendo assim, **não merece prosperar a alegação da Impugnante quanto a necessidade de inclusão de exigência de Certificação do INMETRO.**

Além disso, a referida secretaria destacou que os preços levantados pela impugnante estão “*relacionados a modelos de balança diversos dos cotados pela administração pública, e por consequência das que se pretende adquirir, estando em desconformidade com as especificações do Edital e seus Anexos*” razão pela qual, igualmente não merecem prosperar as razões de impugnação.

Portanto, **considerando que o setor técnico da Secretaria de Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável afirma que a especificação técnica no item está correta, não acarretando restrição à competitividade do certame, sendo de sua expertise a definição das especificações técnicas do objeto licitado, s.m.j., não assiste razão à empresa impugnante. Todavia, como já narrado anteriormente, tratando-se de especificação técnica, e não tendo sido suscitada nenhuma dúvida jurídica, não cabe a esta Procuradoria-Geral qualquer análise.**

Destaca-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n.º 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões



de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

III- DA CONCLUSÃO.

Pelo exposto, opina-se pelo não acolhimento da presente impugnação, bem como pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência e decisão de sua competência, na forma do art. 24 do Decreto Municipal n.º 599/2020 e art. 24 do Decreto Federal n.º 10.024/2019.

Ressalte-se que o presente parecer é apenas opinativo, não vinculando a Autoridade Superior, que poderá acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

É o parecer que submeto à apreciação superior, *sub censura*.

Nova Friburgo, 8 de janeiro de 2024.

Tathiane Magalhães Chaves Ferreira
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Assessora de Nível Superior II
Matrícula 62479

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347



Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 266/2023

Processo Licitatório nº: 23.458/2023

Processo de Impugnação nº: 35.134/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS À IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL voltada à gestão de Resíduos Sólidos, através de assessoria e consultoria em 5 unidades escolares, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

IMPUGNANTE: K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - CNPJ sob o nº 21.971.041/0001-03.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, com fulcro na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico nº 266/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Comissão de Pregão I

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante que, diante das especificações técnicas apresentadas e rigorosas expectativas do edital e Administração referentes aos itens 1 e 2, o valor estimado não seria condizente e ficaria aquém dos custos do produto, sendo que não existiria no mercado NENHUMA BALANÇA PORTÁTIL PARA PESAGEM DE PESSOAS CERTIFICADA PELO INMETRO que apresentasse o valor orçado. A estimativa teria sido feita com base em uma balança de uso doméstico/residencial, sendo que o órgão público não poderia utilizar-se de tal produto.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Em face do exposto, requer:

A) Que seja aceito o pedido de impugnação;

B) Que seja realizada uma nova pesquisa de preços a fim de obter os valores de referência exequíveis (conforme valor de mercado), junto de fornecedores sérios e da área de atuação dos produtos (balanças), de forma a cotar na íntegra o que foi solicitado no edital e com a devida CERTIFICAÇÃO INMETRO, não retirando preços na internet que variam constantemente e não costumam atender ao solicitado no edital, afim de não fracassar o certame que certamente demanda trabalho desta comissão;

C) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme §2º do artigo 12 do decreto 3555 de 2000;



Comissão de Pregão I

D) E, por fim, que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior conforme dispõe o artigo 109 da Lei 8.66/1993 para que analise e decida em última Instância, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, apresentando os três orçamentos para conferência da descrição do item e do valor apresentado, frente ao produto solicitado no edital. A Administração não é obrigada a adquirir produtos de baixa qualidade e de procedência duvidosa, ou seja, de fabricantes que não se encontrem regulares perante a lei.

IV. DA DECISÃO

07. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pela manifestação do setor técnico requisitante (fls. 29 a 32) e pelo parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 40 a 44), sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 266/2023, e no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 09 de janeiro de 2024.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934